



1

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 010/15, DE 25 DE
MARÇO DE 2015.

Revoga o item 1. do artigo 198 da Lei Complementar n.º 013/13 de 23 de dezembro de 2013, que Altera os dispositivos da Lei Complementar n.º 003, de 30 de dezembro de 2009 – Código Tributário Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o item 1. do artigo 198 da Lei Complementar n.º 013/13 de 23 de dezembro de 2013, que Altera os dispositivos da Lei Complementar n.º 003, de 30 de dezembro de 2009 – Código Tributário Municipal e dá outras providências.

Parágrafo Único. O imposto de que trata o caput mencionado se refere a Tabela do ISSQN – Profissionais Liberais, e deverá ser calculado na forma do item 1. da Tabela constante no § 2º. do art. 198, da Lei Complementar n.º 003/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa, Prefeitura Municipal de Formosa,
em de de 2015.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE FORMOSA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 010/15, DE 25 DE
MARÇO DE 2015.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores vereadores,

O projeto de lei complementar que ora submetemos à apreciação dessa ilustre Câmara Municipal trata de revogação do item 1, do artigo 198 da Lei Complementar nº. 013/13 de 23 de dezembro de 2013, que Altera os dispositivos da Lei Complementar nº. 003, de 30 de dezembro de 2009 – Código Tributário Municipal e dá outras providências.

Em análise, da situação administrativa fiscal detectou-se que a alteração introduzida pela Lei Complementar nº. 013/13, no que tange ao aumento na base de cálculo do ISS – Imposto sobre Serviços dos profissionais liberais, acarretou uma oneração considerável a estes contribuintes, ocasionando numa maior inadimplência, vez que estes a duras penas não estão conseguindo cumprir as suas obrigações tributárias.

Ressalte-se que esta propositura legislativa não se trata de renúncia de receita, mas sim de alteração no Código Tributário a fim de reestabelecer o equilíbrio entre as obrigações tributárias e o domínio econômico.

Ademais, esta iniciativa, irá propiciar um incentivo aos profissionais liberais no cumprimento de suas obrigações tributárias com consequente aumento na arrecadação do Município.

Sendo essas as considerações, rogamos a Vossa Excelência e aos insígnies Pares pela aprovação deste Projeto de Lei.


ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL